

A UNIVERSIDADE NUM PAÍS PERIFÉRICO¹

LA UNIVERSIDAD EN UN PAÍS PERIFÉRICO

THE UNIVERSITY IN A PERIPHERY COUNTRY

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i3.52234>

Horácio Cintra de Magalhães Macedo²

Introdução

Embora seja milenar a existência da universidade, não é constante, nem uniforme, nem mutável, o seu papel na sociedade. Não há um modelo único de universidade, formado historicamente, a fim de sobre ele construir-se a universidade num país periférico, ou sobre ele exercer-se crítica capaz de propiciar níveis mais elevados e qualitativamente mais avançados de desempenho universitário.

Não existindo modelo único há, contudo, relação muito rica que possibilita, talvez, compreenderem-se os papéis das universidades ao longo da história: a relação entre elas e o sistema produtivo; a relação que se consolida, se cristaliza, se altera e se modifica em função da posição da universidade no sistema de produção organizado socialmente, seja esta posição mediatizada pela inserção da universidade no sistema de poder político social, seja efetivado pela inserção direta no sistema. Não se quer fazer aqui a análise histórica dessa inserção (que em muitos casos constitui um processo material do posicionamento dos intelectuais no sistema de poder), mas apenas apontar as linhas gerais do fenômeno no Brasil, com suas características periféricas e inhomogêneas, com sua longa história colonial, com a "universidade temporã".

Atraso proposital

O atraso na implantação da universidade no Brasil não correspondeu à incapacidade de a Coroa de Portugal organizá-la e desenvolvê-la. Foi fruto de política que julgava suficiente, para o processo colonizatório e exploratório do Brasil, a formação de quadros nas universidades portuguesas e o controle cultural exercido pelas ordens religiosas. Com o rompimento pomalino

entre governo e jesuítas, nem um pouco se afrouxou este controle nem se alteraram as linhas da política de formação dos dirigentes. A universidade portuguesa inseriu-se, assim, diretamente, na manutenção da estrutura político-social da colônia, que exigia, em primeira linha, bacharéis em direito, médicos e engenheiros de artes militares. As necessidades de organização do sistema de exploração do solo, na agricultura ou na mineração, foram supridas pelos quadros que se formavam no próprio processo de produção. Desta forma, o papel cultural dos "universitários" foi pequeno. Na realidade, os portadores da cultura dominante eram, em sua maioria, os clérigos das ordens religiosas.

Estruturou-se, assim, no País, um papel subordinado da instituição universitária. Subordinado por não cumprir função social de grande preeminência; subordinado por não ser indispensável na formação dos organizadores do trabalho; e, subordinado por não se constituir pólo gerador de cultura.

A corte e o império

Quando principia o século XIX, a Corte de Portugal, sediando-se no Brasil, dá alguns passos para diminuir a subordinação cultural das instituições de ensino superior. Criam-se Faculdades de Direito, Faculdades de Medicina, Escolas de Engenharia. A Corte cristalizou o papel que esperava destas instituições manifestando a consciência de que talvez fosse importante ampliar a formação de quadros qualificados e elevar o nível de competência destes quadros. No Império, a sociedade brasileira se tornou mais complicada, pois as manchas de civilização cobriram maiores áreas do território, e apareceram problemas práticos cuja solução exigia conhecimento técnico menos rudimentar que até então. Embora a civilização fosse ainda de braços, burros e madeira, emergiam questões mais complexas na manutenção do sistema de produção. A máquina a vapor principiava a operar nos engenhos. As artes militares complicavam-se em terra e no mar. Os transportes começaram a se mecanizar.

O século XX que não principiou

É fascinante observar que, enquanto na Europa o século XX principia com vigorosa atividade inovadora das universidades — especialmente na Alemanha, na Inglaterra, na França —, a República Brasileira modorrava com as mesmas tradições do Império. Nem mesmo a influência do positivismo fez com que a postura do Estado frente ao ensino superior se modificasse substancialmente. A passagem do Império para a República, antecedida pela abolição do trabalho escravo, não alterou o sistema produtivo brasileiro acoplado, rígido e colonialmente ao sistema produtivo internacional dominado pelo Império Britânico.

Quando se forma a primeira universidade pela justaposição das grandes escolas tradicionais, não se altera a sua função — a universidade existia para prover o aparelho de Estado dos seus quadros dirigentes, para organizar o sistema urbano, para gerir a indústria de transformação incipiente e para

proporcionar assistência médica a pequenos grupos privilegiados.

É este o modelo "brasileiro" de universidade que se formou historicamente — uma grande escola de terceiro grau. Não desmereçamos os seus méritos, pois foi com este modelo e sobre ele, que se puderam construir as visões de uma universidade diferente nasci dos, exatamente, nestas universidades-escolas. Em virtude do grande prestígio que as ciências naturais passaram a ter na década de trinta (e que se consolidou na II Guerra Mundial e nas décadas seguintes) e em função de pequenos grupos de intelectuais que se formaram na Europa começaram a surgir nas universidades-escolas setores que reivindicavam para a universidade outra função além do ensino: a função de criadora de conhecimento mediante a pesquisa científica. Alguns destes grupos, com apoio de governos europeus, iniciaram a construção acadêmica de uma universidade de novo tipo. Em São Paulo, estes grupos (fortemente ligados ao estamento social dominante) com apoio do governo francês, modernizaram a USP. No Rio, a FNF, com a presença de pesquisadores franceses e italianos, iniciava outro tipo de atividade acadêmica.

Com o término da II Guerra Mundial e com a rápida expansão da fronteira do conhecimento, ficou evidente para as classes dominantes brasileiras que o modelo da universidade-escola era insuficiente para as necessidades que se configuravam. Era insuficiente porque a diversidade do saber e a complexificação das técnicas provocavam com muita rapidez a obsolescência dos métodos de ensino estratificados e imutáveis. A pesquisa como fator de modernização e de atualização tornava-se fator indispensável para a manutenção da competência técnica dos especialistas destinados a operar o sistema produtivo. Questão importante: a pesquisa não era fator importante para a modernização, ampliação e fortalecimento do sistema produtivo, mas tão somente fator de modernização da competência. E esta característica fazia, como ainda faz em grande parte, com que a pesquisa fosse como um apêndice pouco rentável (e por isso pouco prestigiado) do sistema produtivo.

A tomada da consciência tecnológica

A tumultuada década de cinquenta, com a internacionalização do parque industrial, proporcionou a possibilidade de uma tomada de consciência dos setores dirigentes em face da universidade-escola, com pequeninas ilhas de pesquisa em algumas áreas ligadas a setores dinâmicos da produção, ou a setores básicos emergentes em nível internacional. Preciso era a sistematização e unificação de esforços a fim de que o projeto capitalista do País tivesse sólida base de evolução tecnológica.

Os governos autoritários que se instalaram no País em 64 tiveram a clareza (que faltou aos governos democráticos de Juscelino, Jânio e Jango) de que as universidades poderiam e deveriam ser órgãos do sistema produtivo, com funções bem determinadas e com tarefas e metas a cumprir dentro deste sistema. Formularam, por isso, um modelo novo para a universidade no País. Formularam-no, no entanto, com a visão tecnocrática própria das correntes militares que então

detinham o poder. E, por isso, o modelo que fixaram em forma de lei - as leis que constituem a Reforma Universitária de 68 — esgotou suas premissas depois de uns vinte anos. O modelo em questão pretendia construir, num prazo relativamente curto, um sistema de pesquisa e desenvolvimento capaz de propiciar ao sistema produtivo atingir níveis de qualidade, eficiência e modernidade que o tornasse competitivo em plano internacional; pretendia, também, proporcionar ao país a oportunidade de ingressar, com plena cidadania, na área de desenvolvimento do conhecimento de ponta; pretendia, finalmente, reelaborar o conteúdo cultural transmitido pelas universidades, adequando-as, ou moldando-as, segundo a visão historicamente desenvolvida e implantada nos Estados Unidos.

A visão tecnocrática mediocrizou, desde o início, este plano. A transformação cultural necessária para o seu sucesso não poderia ter êxito, como não teve, sem a transformação social correspondente. Não se poderia modernizar a sociedade sem modernizar suas estruturas básicas e o seu sistema de dominação e de poder. O plano da modernização e do avanço cultural nasceu, assim, inelutavelmente ligado ao atraso e ao retrocesso social.

A lacuna que se alargou

Por outro lado, a expansão do conhecimento científico e tecnológico, em nível internacional, provocou uma rápida modificação dos parâmetros aferidores do progresso. Onde antes se avançava em décadas ou quinquênios, passou-se a evoluir em biênios ou anuênios. O panorama dos programas de ponta alterou-se profundamente. Novos materiais, novas tecnologias de sensoriamento, informática, automação, novos produtos e métodos de produção na área da química, engenharia molecular, bioquímica, pesquisa espacial, pesquisa bélica, etc. Aparentemente, o trem da história acelerou-se e passou sem que pudéssemos embarcar. Esta aceleração não foi prevista pelos planejadores e, por isso, as taxas de crescimento do pessoal científico e categorizado mantiveram-se, no país, em níveis ridiculamente baixos. Mandamos para o exterior, em busca da competência de ponta, alguns milhares de jovens quando precisaríamos ter enviado centenas de milhares.

Ao mesmo tempo, a imposição de um modelo único e alienígena para as universidades controladas pelo Estado foi desastrosa. Desastrosa por desarticular aspectos positivos que a evolução histórica permitira consolidarem algumas boas faculdades e, principalmente, por impor às universidades tarefas de cumprimento insuperável. Como ter uma instituição de ensino e de pesquisa viva sem os recursos indispensáveis para um bom ensino e uma pesquisa atuante em função de interesses materiais concretos? Como manter o modelo da ampla liberdade do pesquisador sem a contrapartida de uma pesquisa institucional voltada para a resolução de problemas específicos? A planificação pela metade e a falta de objetivos concretos acarretaram a atual situação. Onde houve esta clareza, o progresso ocorreu; na indústria aeronáutica, por exemplo. Onde não houve (e esta foi a condição mais corrente), o progresso foi muito pequeno.

A tentativa de orientar o desenvolvimento das universidades mediante o financiamento paralelo da pesquisa é outro aspecto questionável da questão. Este financiamento logo passou para as mãos dos tecnoburocratas, aliados aos grupos influentes da comunidade científica, e pouco contribuiu para se ter uma política científica coerente e de longo prazo.

O modelo perempto e o empresariamento

O esgotamento do modelo é evidente. Pela diminuição sistemática, em termos reais, dos recursos a ele alocados. Pela insatisfação vocalizada e enérgica dos grupos dirigentes, quer governamentais, quer privados. Pela crítica ácida que se faz às universidades públicas. E, principalmente, pelo deslocamento gradual do pólo de atividade científica para os institutos especializados e para os laboratórios empresariais.

Há ainda, no entanto, fôlego no modelo. A manutenção dos interesses corporativos da comunidade científica é fator forte. A manutenção das posições de poder dos órgãos financiadores também não é desprezível. A necessidade de mudança, porém, não é menos sentida e operante. E propõe alteração substancial no sistema universitário público, formulando a tese do empresariamento da instituição.

O primeiro item desta nova formulação é o de que a universidade deve ligar-se diretamente ao sistema produtivo para resolver problemas deste sistema e captar recursos para a sua manutenção. Com isto, o Estado desobriga-se em parte dos ônus da educação e coloca as universidades diante do dilema "fazer ou perecer".

Porém, nem todas as universidades terão esta capacidade. As que a tiverem se manterão como instituição de pesquisa e de ensino; as que não a tiverem se limitarão às tarefas "menores" do ensino. Estas poderão ser melhor cumpridas, no entender da política empresarial, pela iniciativa privada.

Conseqüência da proposta é a de as universidades se dividirem em castas — no topo, aquelas que, mercê circunstâncias peculiares, empresariar-se-ão profunda e extremamente; na base, aquelas que vegetarão enquanto instituições burocráticas de ensino. Num e noutro caso, a privatização será traço marcante do modelo. Num e noutro caso, a preocupação pelas áreas do conhecimento social e humano, pelas áreas das letras, da música, da pintura, será menor ou secundário. Num e noutro caso, a contribuição que se propõe às universidades é a de instituição fortalecedora do *status-quo* político e social do país. É a universidade da intensificação do capitalismo.

A utopia

Um outro modelo, menos pragmático e mais utópico (daí a sua força) pensa a universidade diferente. Em lugar de empresariamento das universidades, a socialização. É o modelo da intensificação das relações sociais.

A universidade continua a ser a base do esforço de desenvolvimento científico e tecnológico visando a superar os atrasos nacionais. Este esforço será orientado por uma política estabelecida pelos órgãos representativos da sociedade, especialmente das grandes massas da população marginalizada do poder, a fim de que seus frutos representem melhorias das condições de educação, de saúde, de vida desta população.

A universidade será um grande pólo de elaboração cultural. Ao lado da visão cultural dura e objetiva das ciências naturais, a universidade dará ênfase, apoio e estímulo ao desenvolvimento da visão cultural das artes e letras, da filosofia e da história, da política e da sociologia, da educação e da comunicação. Esta universidade terá que estabelecer uma política de prioridade para estas áreas do saber, a fim de que se possam formar muitos e muitos núcleos de inquietação criadora.

A universidade terá que se abrir para a população trabalhadora. Não só materialmente, mas institucionalmente. A universidade terá que ter amplos, sólidos, vivos e criadores programas de extensão que possam abrigar os problemas, as questões e as dúvidas desta população. Com o que, a sabedoria acadêmica poderá vir a ser instrumento importante para que se encontrem os intelectuais comprometidos com o futuro e as massas periféricas do poder. A extensão assumiria, assim, um papel muito distante do assistencialismo e teria uma essência renovadora intrínseca.

A universidade seria necessariamente pública e gratuita. Pública para que fique patente a responsabilidade de o Estado manter esta instituição de modo que possa ser um exemplo da ação socializante e eficaz do poder central; de modo que se possa ter uma planificação, em nível nacional, das suas atividades; de modo que a ação universitária possa servir de base a programas governamentais de cunho social. Não se exclui, como é óbvio, que esta universidade tenha entrelaçamento multiforme e sólido com o sistema produtivo, subordinando-se, no entanto, este entrelaçamento aos objetivos sociais da universidade. Será gratuita para que todo o encargo de manutenção seja do Estado; para que não exista a barreira do pagamento a alijar os que não dispõem de recursos.

Será uma universidade diferente no processo de formação dos estudantes. Competente, moderna, avançada nos conhecimentos. Mas comprometida, preferencialmente, com a pesquisa de soluções para os problemas das populações periféricas, com os trabalhadores. Formaria um médico altamente capacitado mas capaz de trabalhar nas condições precárias do interior do país ou de um aglomerado urbano favelizado. Formaria um engenheiro moderno e profissionalmente competente mas capaz de encontrar as soluções eficientes, baratas e operacionais, para os problemas de saneamento, de transporte de grandes massas, de construção de casas em grande número, de geração de energia a baixo custo, de aproveitamento de materiais não convencionais. E formaria o agrônomo capaz de organizar e multiplicar as culturas de subsistência, e o químico que iria produzir os fármacos exigidos pelos planos de saúde social, e assim por diante. Tudo isto a ser feito com competência e sabedoria na condução e na resolução dos problemas. Uma universidade assim teria que ser democrática. Não no sentido de que se tenham eleições de dirigentes com a participação de professores, estudantes e funcionários; não no sentido de que se tenham colegiados como

representantes dos três segmentos. Nem com o sentido da decisão coletiva. Estes são pressupostos básicos mas certamente de curto alcance. Se só eles vigirem, a universidade pode até fechar-se em si mesma por força da prevalência dos interesses corporativos e cartoriais. E preciso que, além deles, haja uma participação real da sociedade — e em especial das organizações dos trabalhadores, das comunidades, da sociedade civil organizada, do poder central - nos órgãos decisórios. Não uma participação simbólica e fictícia; mas a participação capaz de influenciar os rumos e objetivos da política de cada universidade pública.

Propõe-se, assim, uma universidade dos trabalhadores? Não e não. A universidade será dos trabalhadores quando a classe dominante forem os trabalhadores. Propõe-se uma utopia que pode ser construída pelo caráter intelectual da instituição. Utopia que é a de se colocar a serviço das classes dominadas uma instituição pertinente ao aparelho das classes dominantes. Se esta utopia pode ou não ser construída, a resposta será do futuro. O presente impõe a tentativa de construí-la.

Notas

¹ O texto foi publicado originalmente: *Em Aberto*, Brasília, ano 8, n. 43, jul/set., 1989. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2066/1805>. Ressaltamos que, no ano das celebrações do centenário do Partido Comunista Brasileiro (PCB), *Germinar: marxismo e educação em debate*, vem publicando uma série de documentos, artigos e resenhas no sentido de apresentar, para o conjunto das suas leitoras e leitores, parte desta história. Na primeira edição deste ano, apresentamos a resenha do livro *Neres! Da luta contra a ditadura à reconstrução do PCB*, disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminar/article/view/48587/26674>. No segundo número de 2022, disponibilizamos, a partir dos arquivos do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação do Brasil (CPDOC), uma entrevista com Octávio Brandão, disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminar/article/view/51024/27485> e, neste número, destacamos o texto *A universidade num país periférico*, do histórico militante do PCB, Horácio Macedo.

² (1925-1999) Livre-docente e ex-Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Formado em química industrial pela Universidade do Brasil (atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ); Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Recebido em: 11 de out. 2022

Aprovado em: 18 de dez. 2022